

# CONSCIÊNCIA ANIMAL: ARGUMENTAÇÃO DE TOM REGAN PARA ATRIBUIÇÃO DE VIDA INTELIGENTE AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS.

*Waleska Mendes Cardoso\**

*Gabriel Garmendia da Trindade\*\**

*Lauren de Lacerda Nunes\*\*\**

**Resumo:** O artigo desenvolve a discussão de Tom Regan sobre a existência ou não de uma vida mental em animais não-humanos, em sua obra *The Case for Animal Rights* (2004). A questão da consciência dos animais é um ponto central da argumentação de Regan em sua teoria moral, já que a definição de sujeitos-de-uma-vida (critério eleito pelo filósofo como moralmente relevante) abarca seres dotados daquele atributo. E a partir desta noção seria possível a atribuição de direitos morais a todos os seres humanos, indistintamente e, também a alguns animais não-humanos detentores de tais características. O artigo foi estruturado em três partes. Na primeira etapa do trabalho, busca-se conceituar e definir brevemente o que vem a ser consciência, já que Regan não explicita uma definição na obra trabalhada. A segunda fase corresponde ao diálogo de Regan com os principais objetores de consciência em animais, em especial René Descartes e sua visão mecanicista. Em um terceiro momento, apresenta-se a resposta final de Regan para a questão, o denominado argumento cumulativo em favor da consciência animal, que corresponde a argumentos razoáveis para atribuir consciência aos animais não-humanos. O artigo é resultado parcial de um estudo sobre a teoria moral de Regan acerca dos direitos dos animais, que objetiva estudar e analisar fundamentação do filósofo para o reconhecimento de direitos morais aos animais não-humanos.

**Palavras-chave:** consciência animal, animais não-humanos, Tom Regan.

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia – PPGF da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). E-mail: [waleska.cardoso@gmail.com](mailto:waleska.cardoso@gmail.com)

\*\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PPGF da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [garmendia\\_gabriel@hotmail.com](mailto:garmendia_gabriel@hotmail.com)

\*\*\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PPGF da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Professora assistente na área de humanidades da Universidade Federal do Pampa (Unipampa-RS), campus São Borja. E-mail: [laurenlacerdanunes@gmail.com](mailto:laurenlacerdanunes@gmail.com)

## Introdução

O filósofo americano Tom Regan busca um critério suficiente e adequado para justificar a atribuição de direitos morais (ou direitos individuais básicos) a todos os seres humanos indistintamente.

A característica de sermos sujeitos-de-uma-vida é, para o autor, o que garante a todos os seres humanos direitos morais independentemente de quaisquer diferenças entre os indivíduos da espécie. Ser sujeito-de-uma-vida, para Regan é ter a característica moral relevante relacionada aos direitos que temos. Sujeito-de-uma-vida é aquele ser dotado de:

(...) crenças e desejos; memória, e uma percepção do futuro que inclui o seu próprio; uma vida emocional, bem como sensações de prazer e dor; preferências–bem-estar–interesses; a habilidade de dar início a uma dada ação em busca de seus desejos e objetivos; uma identidade psicológica para além do tempo; e um bem-estar individual no sentido de que sua vida experiencial ocorra bem ou mal para este ser, logicamente independente de sua utilidade para outros indivíduos, ou de ser alvo dos interesses de outrem. (REGAN, 2004, p. 243)

Aquele que é sujeito-de-uma-vida está no mundo e tem consciência dele; é consciente do que acontece consigo e aquilo que acontece com sua vida, com seu corpo, lhe importa, quer os outros se preocupem, quer não. A ideia de sujeitos-de-uma-vida funciona, segundo Regan, onde os outros critérios utilizados para aferir a igualdade moral dos seres humanos falham. “Torna todos iguais de forma que nossa igualdade moral faça sentido.” (REGAN, 2006, p. 61).

## **I - Definição de consciência – primeiro atributo de um sujeito-de-uma-vida.**

O termo consciência deriva do latim “conscientia”. Em sentido estrito, designa o conhecimento das próprias ações ou dos estados internos no instante em que são experienciados. A consciência é normalmente correlacionada à criatividade, à linguagem e a alguma forma de empatia. Quanto à compreensão atual do dado conceito, comumente questiona-se a possibilidade de conceber qualquer tipo de linguagem, memória, cognição ou mesmo sentimentos e emoções sem a presença de uma consciência.

Já autoconsciência pode ser concebida como uma consciência acerca da própria consciência, isto é, estar consciente de que se está consciente. Ela está intimamente ligada ao desenvolvimento da identidade dos indivíduos, na medida em que ela se refere à composição de uma visão de si mesmo a partir de uma profunda e objetiva análise interna.

Por conseguinte, a autoconsciência é caracterizada por duas instâncias – a privada e a pública. Aquela é concebida como uma espécie de autoexame dos próprios estados internos, sentimentos e emoções, ao passo que esta nada mais é do que uma forma de perceber a si mesmo, tendo por base uma possível visão de outrem.

O primeiro atributo compartilhado por todo o sujeito-de-uma-vida é possuir consciência ou uma vida mental. E alguns animais não-humanos se assemelham aos humanos normais de forma moralmente relevante. Nas palavras de Regan:

Eles trazem o mistério de uma presença unificada psicológica para o mundo. Como nós, eles possuem uma pluralidade de capacidades sensorial, cognitiva, conativa e volitiva. Eles enxergam e ouvem, acreditam e desejam, lembram e preveem, planejam e pretendem. Mais do que isso, o que acontece com eles, lhes

importa. Prazer e dor físicas – isso eles compartilham conosco. Além de medo e contentamento, raiva e solidão, frustração e satisfação, astúcia e imprudência. Estes e uma série de outros estados psicológicos e disposições coletivamente ajudam a definir o estado mental e relativo bem-estar daqueles (na minha terminologia) sujeitos-de-uma-vida que conhecemos melhor como guaxinins e coelhos, castores e bisões, esquilos e os chimpanzés, você e eu. (REGAN, 2004, p. xvi).

Desta feita, não se pode finalmente incluir alguns animais na noção de sujeitos-de-uma-vida, sem antes abordar a polêmica questão acerca da existência/inexistência uma mente nos animais.

## **II - Considerações de Tom Regan sobre a consciência animal.**

Regan enfrenta a problemática da consciência animal de forma bastante estruturada e dialoga, especialmente, com a posição mecanicista de Descartes, principal teoria que afirma a inexistência de vida mental nos animais.

Inicialmente Regan afirma ser impossível apelar tão-somente para o senso comum ou para o uso vulgar da linguagem, para defender a existência de vida inteligente nos animais. Não se pode combater os argumentos cartesianos, por exemplo, apenas citando-se fatos como “gatos gostam de ser acariciados, cães sentem fome, alces sentem o perigo e águias espreitam suas presas” (REGAN, 2004, p. 02), ou ainda como usualmente falamos sobre animais. Embora o senso comum e a linguagem usual sejam relevantes e bem estabelecidos ao reconhecer a consciência animal, tais argumentos não possuem peso racional relevante para um debate acerca da existência ou não de vida mental em animais não-humanos.

Objetivando um exame mais apurado acerca da questão da consciência, Regan inicia um diálogo crítico com a perspectiva filosófica

cartesiana acerca da existência de vida mental animal, ponto central no Cap. I de seu livro *The Case For Animal Rights*.

A seguir são apresentados alguns tópicos da posição cartesiana trazidos por Regan, para fomentar o debate.

A primeira consideração importante sobre a teoria cartesiana relaciona-se com o sentido que Descartes atribui para sensações. Para o filósofo francês, há três graus de sensações:

Ao primeiro grau pertence à afeição imediata do órgão do corpo por objetos externos, e isso pode ser nada mais do que o movimento dos órgãos sensoriais e da mudança de figura e de posição devido a esse movimento. O segundo grau compreende o resultado mental imediato, devido à união da mente com o órgão corporal afetado; tais como as percepções de dor, de estímulos prazerosos, de sede, de fome, de cores, de som, sabor, frio, calor, entre outras. Finalmente, o terceiro grau contém todos os julgamentos que, por ocasião de movimentos que ocorrem no órgão corpóreo, desde os primeiros anos fomos acostumados a passar sobre coisas externas a nós. (REGAN, 2004, p. 03)

O primeiro grau de sensação seria experimentado por animais e humanos, já que dependem exclusivamente de órgãos corporais. Entretanto, as sensações de grau 2 e 3 somente podem ser experienciadas por portadores de consciência. Assim, Descartes assume que animais podem ter sensações, sem que para isto precise afirmar que eles possuem consciência. A dor, uma sensação de grau dois, então seria apenas experienciada por seres conscientes, portadores de uma mente.

Tal noção de sensação é possível a partir da visão dualista cartesiana, segundo a qual a realidade é composta por dois tipos de coisas, independentes e irreduzíveis: mentes e corpos. As mentes seriam aquelas sem propriedades físicas, incomensuráveis, sem peso, tamanho, forma; seriam imateriais ou espirituais, sem localização no espaço. De acordo com Descartes, ‘mentes são

coisas que pensam’, ‘que entendem, concebem, afirmam, negam, querem, rejeitam, imaginam e percebem’ (REGAN, 2004, p. 21). Ao contrário, os corpos teriam propriedades físicas, tamanho, peso, forma, mas não possuiriam pensamentos. Corpos são ‘burros’, no sentido de total ausência de pensamentos, são ‘sem mente’, ‘sem consciência’. E tal definição aplicar-se-ia a todos os corpos existentes, incluindo o corpo humano. O que diferenciaria o homem de todas as outras coisas é que o ser humano possui corpo e mente associados. Para Descartes, a razão pela qual sentimos dor, enquanto cães não sentem, não é porque nossos corpos diferem em alguma forma essencial, mas porque nossos corpos estão associados (e não os corpos dos cães) a um ‘não-corpo’, uma mente imaterial.

Já os animais, porquanto desprovidos de uma mente imaterial, não sentem ou pensam e seu comportamento pode ser explicado e descrito puramente em termos mecânicos. Descartes acreditava que, no lugar de circuitos e fios, animais possuíam humores e espíritos animais, os quais, ao passarem pela corrente sanguínea, devido a estímulos externos, responderiam causando comportamentos animais. Assim, de um tipo de estímulo do espírito animal, extrair-se-ia um comportamento de fome, enquanto de outra causa, extrair-se-ia um comportamento associado ao medo.

A crença em humores e espíritos animais foi substituída por conceitos psicológicos e neurológicos, como modelo científico apto a explicar em termos de estímulo-resposta. Nesse sentido, e dada a similaridade existente entre estímulos neurológicos e respostas comportamentais em humanos e não-humanos, o argumento do filósofo e cientista médico Julien Offay de La Mettrie é utilizado por Regan para demonstrar a fragilidade da afirmação cartesiana de que por podermos explicar de forma puramente mecânica o comportamento dos animais, eles são desprovidos de consciência e alma imortal. La Mettrie argumenta que se a premissa de podermos explicar o

comportamento animal mecanicamente levar à conclusão de que animais não possuem consciência, então somos forçados a concluir o mesmo dos seres humanos, já que seu comportamento também pode ser explicado em termos mecanicistas. Assim, La Mettrie, utilizando-se da Alternativa Mecanicista, vai além de Descartes e conclui que a ‘vida mental’ dos humanos é nada mais nada menos que alterações de ‘humores’ no sistema nervoso humano.

Para sair desta indesejável conclusão, Descartes apela para existência de almas imortais como condição para consciência. Aliás, utiliza estas expressões de forma alternada, como sinonímias. Assim:

(...) se animais são conscientes como nós, eles devem ter uma alma imortal como nós temos. Isto é improvável, porque não há razão para acreditar em tal fato para alguns animais e não para todos e muitos deles como as ostras e esponjas são imperfeitos demais terem almas. (REGAN, 2004, p. 10)

Regan evidencia a confusão feita por Descartes entre os conceitos de consciência e alma imortal:

A atribuição de consciência para um determinado indivíduo não implica que esse indivíduo tem uma alma imortal. Pessoas que negam a existência de uma vida além da morte não estão comprometidas a negar a própria consciência nesta vida ou a fazer uma negação similar no caso dos outros. (REGAN, 2004, p. 10)

Desse modo, é plenamente possível atribuir consciência aos animais, sem precisar presumir ou atribuir a eles a posse de uma alma imortal.

Regan alerta que apesar de o argumento de La Mettrie ser forte o suficiente para desacreditar a teoria cartesiana, a conclusão de que seres humanos são desprovidos de consciência não pode ser aceita por qualquer filósofo que deseja construir uma teoria moral. Ao contrário, deve-se presumir que não somos (seres humanos) ‘bestas sem pensamentos’ que apenas

respondem a estímulos, que não somos ‘máquinas sem mente’, mas criaturas que possuem uma vida mental. Segundo Regan, essa presunção é necessária para todo o trabalho em filosofia moral, pois se:

Seres humanos não experienciam prazer ou dor, por exemplo, ou não preferem algumas coisas a outras, ou não podem decidir ou agir intencionalmente, ou são incapazes de compreender o que envolve tratar os outros com respeito, então não poderia haver qualquer coisa em uma teoria moral para ser uma teoria (uma teoria moral não possuiria objeto). Nossa capacidade de entender a moralidade dos nossos atos ou instituições deve estar embasada em certas presunções sobre que tipo de criaturas somos, e uma presunção mínima a este respeito seria a de que somos criaturas possuidoras de uma vida mental. (REGAN, 2004, p. 17/8).

Deste modo, Regan não quer afirmar que seres humanos são desprovidos de consciência, mas sim que, por possibilitar tal aferição, a teoria mecanicista de Descartes é falha e não está apta a comprovar, de forma definitiva, que animais são desprovidos de vida mental.

Outro argumento importante da teoria cartesiana tratada por Regan é o da linguagem. Para Descartes, somente indivíduos capazes de se expressar por meio de linguagem apresentam consciência.

Porque nós vemos que pouco é exigido para uma pessoa falar; e como certa desigualdade de capacidade é observável entre animais da mesma espécie, como também entre homens, e como alguns são mais capazes de serem instruídos que outros, é incrível que o macaco mais perfeito ou o papagaio de sua espécie não seja igual à criança mais estúpida de seu tipo ou pelo menos uma de cabeça retardada. (DESCARTES, 2008, p.55).

Regan também desconstrói esta assertiva. Porém, em virtude da limitação de espaço, esta discussão será objeto de outro artigo.

Retomando a discussão acerca da existência vida mental nos animais, Regan sinaliza para a teoria darwiniana evolucionista para explicar a consciência humana e animal. Darwin (apud REGAN, 2004, p. 18) afirma que “não existe diferença fundamental entre homem e mamíferos superiores em suas faculdades mentais”. E segue: “a diferença entre a mente de homem e animais superiores, grande como ela é, certamente é de grau e não de tipo.” (apud REGAN, 2004, p. 18).

Uma das vantagens de se aceitar a teoria da evolução sobre a origem e desenvolvimento da consciência é que ela não se compromete com o dualismo mente/corpo. Outra vantagem é não aceitar que a espécie humana possa ter um atributo evolutivo exclusivo como a consciência, já que sugere que todos os seres mais complexos evoluíram de formas mais simplificadas de vida.

A última objeção que Regan (2004, p. 06/7; 30/1) enfrenta é a de que não podemos antropomorfizar os animais, ao atribuir-lhes características que são exclusivas dos humanos. No entanto, apesar de concordar com o conceito apresentado de antropomorfismo, Regan nega que a atribuição de uma vida mental aos animais seja antropomorfizá-los, porque não considera que (dadas as evidências da teoria evolucionista das espécies) a consciência seja atributo exclusivo da espécie humana. E vai além ao dizer que aquele que segue afirmando a exclusividade na posse de tal característica, deve ser considerado um chauvinista humano, já que não atribui características a outros animais não-humanos que as possuem e insiste na crença de que só os humanos as tem.

Ou seja, não é qualquer defeito ou imperfeição nos animais que impede que reconheçamos que eles possuem consciência, mas sim nossa própria concepção de humano, nossa presunção de sermos únicos, um suposto status privilegiado que, embora possa ser aceito em termos religiosos, dificilmente pode ser defendido cientificamente. (REGAN, 2004, p. 31)

### III - Conclusão de Regan – argumento cumulativo.

Assim, ao final de toda a discussão, Regan propõe a título de conclusão, 5 assertivas que ele chamou de argumento cumulativo em favor da consciência animal. O argumento cumulativo utilizado por Regan fornece algumas razões relevantes para atribuir consciência a certos animais. Os argumentos de 1 a 5 não fornecem, cada um deles considerados de per se, elementos suficientes para atribuir consciência a animais, apenas se tomados em conjunto, de forma cumulativa. Tais argumentos também não são prova inequívoca da existência de consciência ou vida mental em animais não-humanos, mas somente fornecem significativos e relevantes justificações para atribuir vida inteligente a animais, ou, *a contrario sensu*, para descartar teorias que negam a existência de consciência em não-humanos. São eles:

1- A atribuição de consciência a certos animais é parte de como o senso comum vê o mundo; tentativas de desacreditar essa visão, se a tentativa de Descartes for tida como exemplo, não trouxeram justificativas adequadas e suficientes para tanto. Ou seja, caso alguma teoria vá de encontro ao senso comum e negue a consciência em animais, tal teoria deve provar, a partir de justificativas satisfatórias, o motivo pelo qual esta crença deve ser abandonada. No caso da teoria cartesiana, tal ônus não foi satisfeito.

2- A atribuição de consciência a certos animais está em harmonia com o uso ordinário da linguagem; tentativas de reformar ou substituir esse modo de falar, como o experimento de Herb e seus colegas ilustra, também falharam em trazer uma justificação adequada. Tal argumento, do mesmo modo que o primeiro, refere-se ao fato de a linguagem ordinária usar expressões e termos mentais (aqueles que traduzem estados mentais e de espírito para humanos) para caracterizar atos e comportamentos dos animais.

Assim, qualquer teoria que negue essa possibilidade, ou que defenda a substituição no uso dessas expressões, deve vir fundamentada.

3- A atribuição de consciência aos animais não implica o fato de que (ou presume que) animais possuem almas imortais (e imateriais) e então pode ser feita (a atribuição) e defendida independentemente de convicções religiosas sobre a vida após a morte. O terceiro argumento é conclusão de uma desconstrução de argumentos cartesianos acerca da essência da mente, da relação necessária entre consciência e alma imortal e da visão mecanicista.

4- O comportamento animal é consistente com o fato de considerá-los conscientes. Tal argumento não comprova, por si só, que os animais possuem vida mental, mas oferece mais uma razão para considerá-los seres conscientes.

5- Uma compreensão evolutiva da consciência oferece base teórica para atribuir consciência aos animais não-humanos. O quinto argumento é fundado na teoria darwiniana evolucionista das espécies, a qual atribui à consciência um valor de sobrevivência importante e que nega ser este atributo exclusivo da espécie humana.

Regan finaliza a discussão sobre a existência de consciência em animais não-humanos, ainda sem entrar na problemática de quais animais possuem ou não tal vida mental, afirmando que atribuir consciência a animais não significa antropomorfizá-los e nem mesmo, citando Descartes, demonstra que essa atribuição faz parte de um “preconceito com o qual estamos acostumados desde os primeiros anos de vida”. Significa, no sentido contrário, que não reconhecer a razoabilidade da visão de que muitos outros animais, além do *Homo sapiens*, têm uma vida mental é ser preconceituoso e chauvinista – “a concepção de que nós somos tão especiais que somos os únicos habitantes conscientes da face da terra.”

## Considerações finais

O trabalho pretendeu abordar, antes de adentrar na questão propriamente conceitual de sujeitos-de-uma-vida, a discussão acerca da existência ou não de consciência em animais não-humanos. A consciência é o primeiro atributo existente em seres que Regan chama de sujeitos-de-uma-vida, noção-chave para atribuir direitos morais a animais humanos e não-humanos.

Trabalha-se então com a ideia de que todo aquele que é sujeito-de-uma-vida tem o direito básico a ser respeitado (direito que segundo Regan unifica todos os direitos fundamentais de um sujeito). Esse direito abrange o direito a ter respeitada a vida, integridade física, liberdade. E respeitar esses direitos no outro significa não o utilizar como meio para um fim. Regan afirma que para possuir o direito básico a ser respeitado, direito este inato a todos que o possuem, impossível utilizar-se o conceito de pessoa, por exemplo, porque exclui da consideração moral milhares de seres humanos incapazes de racionalidade. Ele encontra, então, um critério que seja comum a todos os seres humanos *a priori* e que independa de habilidades. A solução oferecida por Regan, para considerar que todo o ser humano vivo, indistintamente, tem direito básico a ser respeitado, é ser sujeito-de-uma-vida.

Refere o autor que:

Apesar das nossas muitas diferenças, existem alguns aspectos sob os quais todos os seres humanos com direitos são iguais. (...) todos somos iguais em aspectos relevantes, relacionados aos direitos que temos: nossos direitos à vida, à integridade física e à liberdade. (...) Não apenas estamos todos no mundo, como também todos somos conscientes do mundo e, ainda, conscientes do que acontece conosco. Além do mais, o que nos acontece – seja aos nossos corpos, à nossa liberdade ou às nossas vidas – importa para nós, porque faz diferença quanto à qualidade e à duração das nossas vidas conforme experimentadas por

nós, quer os outros se importem com isso, quer não. Quaisquer que sejam nossas diferenças, essas são nossas semelhanças fundamentais. (REGAN, 2006, p. 60).

A partir desta noção, que o autor elegeu como critério moralmente relevante, seria possível a atribuição de direitos morais a todos os seres humanos, indistintamente e, também alguns animais não-humanos detentores de tais características.

### **Referências bibliográficas:**

DESCARTES, R. *Discurso sobre o método*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

REGAN, T. *Animal rights, human wrongs: an introduction to moral philosophy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

\_\_\_\_\_. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Porto Alegre: Lugano, 2006.

\_\_\_\_\_. *The case for animal rights*. Los Angeles: University of California Press, 2004.